V SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

18 a 19 de Fevereiro de 2016

UMA DISCUSSÃO JAMESIANA SOBRE O CONCEITO DE CRENÇA

Marcela Bispo Fratus (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR); Carlos Eduardo Lopes (Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia - LAFIMEP, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR); Carolina Laurenti (Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia - LAFIMEP, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR).

contato: marcela.fratus@hotmail.com

Palavras-chave: William James. Pragmatismo. Crença.

Alguns autores consideram que a crença é uma dimensão fundamental da subjetividade humana (CASTANÕN, 2010; RANGÈ, 1997). Em virtude disso, esse tema tem sido alvo de discussão em diversas áreas do conhecimento e em diferentes contextos, inclusive no campo dos estudos psicológicos (HOLLINGER, 2010; JAMES, 2001; LOPES; LAURENTI; ABIB, 2012).

No contexto da história da psicologia, William James (1842-1910) tem papel de destaque para a discussão da crença, uma vez que esse é um dos conceitos centrais de suas propostas filosófica e psicológica (JAMES, 2001; 2005). Considerando esse ponto, o objetivo desta pesquisa foi descrever a discussão jamesiana do conceito de crença. Trata-se de uma pesquisa de natureza conceitual, que buscou esclarecer o conceito de crença por meio da análise dos textos de James *A vontade de crer e Pragmatismo*.

James é reconhecido por propor e desenvolver uma forma peculiar de pragmatismo (KINOUCI, 2005; 2007). O pragmatismo jamesiano diz respeito a uma filosofia da ação prática, ou seja, das ações que produzem consequências que fazem diferença na vida dos sujeitos – não somente diferença, mas ‘diferença que faz diferença’ (JAMES, 2005). Desse modo, comportar-se pragmaticamente é sinônimo de estabelecer relações efetivas com o mundo (JAMES, 2005).

No contexto epistemológico, James (2005) assume o pragmatismo tanto como método, quanto como critério de verdade, orientando-se por meio das diferenças práticas das discussões filosóficas e olhando para a utilidade de suas afirmações. A proposta jamesiana descarta tradições filosóficas que buscam uma realidade abstrata, para além das relações do

V SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

18 a 19 de Fevereiro de 2016

sujeito com o mundo, tal como o representacionismo e o transcendentalismo (JAMES, 2005). Segundo James (2005), a realidade concreta não é estática e imutável, mas um processo contínuo, mutável e plural, não estando para além da experiência humana em todas as suas dimensões. Como consequência, o conceito de verdade sob a perspectiva pragmatista não corresponde a representações daquilo que é ‘real’ ou a estados *a priori* do sujeito, mas a um instrumento de ação (JAMES, 2005).

O pragmatista perguntaria: “‘Supondo que uma ideia ou crença seja verdadeira’, diz, ‘que diferença concreta, em sendo verdadeira, fará na vida de alguém?’”. “Essa diferença faz a diferença?” (JAMES, 2005, p. 90). Está nas diferenças práticas, concretas, tanto o critério de verdade, quanto o método pragmático (JAMES, 2005). O olhar é deslocado das coisas primeiras, das origens, para as coisas últimas, para o produto, guiando-se pelas consequências práticas (JAMES, 2005).

Por meio do pragmatismo, James (2005) critica a visão de mundo monista, sustentada por boa parte da história da filosofia: ou o mundo é somente material e empírico ou completamente subjetivo e absoluto. Segundo o autor, não há consequências práticas suficientes em se olhar o mundo como ‘Um’, já que tanto a esfera intelectual, quanto a esfera material são úteis e, por isso, devem ser consideradas de uma perspectiva pragmatista. Com o objetivo de respeitar as relações do indivíduo com o mundo em toda a sua complexidade, o pluralismo seria a alternativa para o pragmatista: “‘o mundo é um’, portanto, tanto quanto experimentamo-lo ser concatenado, um pelas muitas conjunções definidas que aparecem. Porém, então, também não um, pelas muitas disjunções definidas que deparamos.” (JAMES, 2005, p. 68).

Segundo essa perspectiva pragmatista, a crença está na ação prática, nas relações do indivíduo com o mundo. James (2001) define ‘hipótese’ como tudo aquilo que pode ser proposto à crença e as distingue entre vivas e mortas. A vida de uma hipótese corresponde à disposição do indivíduo agir em função dela, por isso a crença sempre será uma hipótese viva que aparece como ação. Já as hipóteses mortas são o campo da não-ação, da descrença, em que o indivíduo não age ou age com indiferença, frieza e impessoalidade diante da hipótese. Tanto a vida como a morte de uma hipótese é estabelecida nas relações do sujeito com o mundo: se produzem consequências práticas são vivas, mas se não fazem diferença na vida do indivíduo, morrem. No entanto, não existem apenas hipóteses completamente vivas ou

V SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

18 a 19 de Fevereiro de 2016

mortas, mas um *continuum* no qual hipóteses tornam-se mais ou menos vivas em função das consequências práticas que produzem nas experiências concretas de um indivíduo.

Mantendo-se fiel ao pragmatismo, James (2001) critica visões monistas da crença, tal como o mentalismo e o cientificismo. Como a crença é estabelecida na relação do sujeito com o mundo, ela não pode depender tão somente de agentes internos - como afirmam os mentalista -, mas de suas experiências, de fatos concretos e da relação entre ideias. Por outro lado, o pragmatismo também discorda que as crenças devam ser constituídas de pura lógica, tal como defendem os cientificistas (e.g. CLIFFORD, 2010). A razão não suprime completamente os elementos passionais, mesmo em domínio científico, pois o fator constitutivo e fortalecedor da crença está na efetividade da ação do sujeito no mundo.

Mesmo sendo a favor da ciência como forma efetiva de busca pelo conhecimento sobre o mundo, James (2001) afirma que em alguns casos é lícito e obrigatório que o indivíduo assuma crenças de forma passional. Isso ocorre quando o sujeito está diante de uma ‘opção genuína’, quando ele precisa optar, obrigatoriamente, entre duas hipóteses vivas que oferecem oportunidades únicas e urgentes e que, necessariamente, não podem ser resolvidas em bases intelectuais (JAMES, 2001). Dificilmente esse será o cenário científico e, por isso, é desejável que o cientista se mantenha isento de crenças puramente passionais, esperando por uma comprovação lógica. Entretanto, em questões morais, interpessoais e religiosas o mesmo não acontece, pelo contrário, prevalecem as opções genuínas e as decisões passionais. São nesses casos que James (2001) defende o ‘direito de crer’, afirmando que: “In concreto, a liberdade de acreditar só pode abranger opções vivas que o intelecto do indivíduo não consegue, por si só, resolver; e opções vivas jamais parecem absurdos para aqueles que as considera.” (JAMES, 2001, p. 47-48).

Diante da crença, seja de natureza passional, seja apoiada na lógica, James (2001) repudia a tese das verdades imutáveis e eternas (defendida no absolutismo), pois apesar do alto nível de dogmatismo que delas procedem, não acredita ser possível obter evidências objetivas, certezas absolutas. Sendo assim, o pragmatista assume o empirismo como o curso mais seguro na ótica da crença, já que essa postura despreza afirmações absolutistas e suas hipóteses estão na experiência, respeitando a pluralidade das relações do sujeito com o mundo e, conseqüentemente, a diversidade das crenças dos indivíduos.

V SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

18 a 19 de Fevereiro de 2016

Referências

CASTAÑON, Gustavo A. O cognitivismo e o problema da cientificidade da psicologia. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v.12, n.2, fev. 2010.

CLIFFORD, William Kingdon. A Ética da crença. Traduzido por Rodrigo Jungman de Castro. In: _____ Cadernos UFS Filosofia, v. 8, p. 133-137, 2010.

HOLLINGER, David A. James, Clifford e a consciência científica. In: PUTMAM, R. A. (Org.). **William James**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010, p. 95-112.

JAMES, William. **A vontade de crer**. São Paulo: Loyola, 2001.

JAMES, William. **Pragmatismo: Um novo nome para um velho modo de pensar**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

KINOUCHI, Renato R. Pragmatismo e Psicologia Científica. **Cognitio-Estudo Revista Eletrônica de Filosofia**. São Paulo, v. 2, n. 1, p. 7-13, 2005.

KINOUCHI, Renato R. Notas introdutórias ao pragmatismo clássico. **Scientiæ sudia**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 215-26, 2007.

LOPES, Carlos Eduardo; LAURENTI, Carolina; ABIB, José Antônio Damásio. **Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical: mundo, homem e ética**. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2012.

RANGÈ, Bernard. Porque sou terapeuta cognitivo-comportamental. In: BANACO, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**. v. 1. São Paulo: Arbytes. 1997, p. 17-26.